

Questão 1:

O sociólogo Karl Marx desenvolveu uma teoria da análise social chamada materialismo histórico dialético. O contexto histórico de seus estudos foi o da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, que destituiu um rei e levou ao poder uma nova classe social, a burguesia.

A análise materialista histórica de uma realidade deve levar em consideração que é na produção da vida material que reside o fundamento da vida humana e sua principal fonte de análise. A esse setor, Marx chamou de infraestrutura. É em se dão as relações de produção entre os diferentes atores sociais, em períodos históricos distintos. O modo de produção capitalista tem duas classes fundamentais, a burguesia e o proletariado, que se diferenciam pela propriedade privada dos meios de produção os primeiros e a propriedade da mão-de-obra os demais. Essas classes sociais possuem interesses antagônicos entre si e os conflitos gerados por esses interesses são o motor das transformações históricas.

Os outros setores da vida como cultura, família, religião e o Estado fazem parte do que Marx chamou de superestrutura e estes são determinados pela infraestrutura e as relações de produção.

Assim, na perspectiva marxista, um Estado capitalista é ocupado por representantes da burguesia e que usam a máquina estatal a serviço dos seus próprios interesses de classe, que é principalmente, a manutenção e a exploração da mão-de-obra da classe trabalhadora. A consciência das classes populares é conseguida por, e também a classe burguesa que impõe uma ideologia dominante que faz com que as classes populares não desenvolvam suas próprias visões de mundo e cultorem os valores burgueses tais como o consumo e a meritocracia.

Para Marx, a superação desse estágio de exploração e alienação, passa pela tomada de consciência dos trabalhadores.

de sua condição de explorados e de detentores do trabalho que produz valor e a seguinte formação de poder estatal. Somente com os representantes da classe operária no controle do Estado, esse deixa de servir como mais um aparato de dominação dos trabalhadores e passa a servir os interesses das classes populares.

Para Max Weber, que estuda o capitalismo em estágio mais avançado que Marx, a crescente racionalização que vive o mundo moderno exige a dominação racional-legal como o tipo ideal de instrumento de poder do Estado Moderno. Esse tipo de dominação se caracteriza pela imposição de uma forte burocracia institucional, marcada pela impessoalidade, formalidade, universalidade das regras e previsibilidade. Esses são os valores modernos que dão legitimidade à dominação racional-legal, pois não há dominação duradoura sem o exercício da legitimidade.

Weber diferencia a burocracia de um outro conceito chamado de patrimonialismo. Diferente da burocracia, que exerce um controle social por meio da impessoalidade, o patrimonialismo, ao contrário, se caracteriza pela confusão entre a coisa pública e a privada. É o trato do que é de todos como se fosse próprio.

O conceito de patrimonialismo foi usado por teóricos do pensamento social brasileiro para explicar uma marca da nossa vida política.

Sérgio Buarque de Holanda ou o tipo ideal do brasileiro cordial. Como parte da nossa herança ibérica, o brasileiro responde via a toda vida com o coração, tendo assim aversão à impessoalidade, trocando assim a formalidade pela lógica de favores.

Na vida política, esse traço cultural estruturante, pode ser observada em vários momentos históricos, como o coronelismo na República Velha e as práticas de nepotismo e clientelismo na nossa história recente. Sob essa perspectiva, o Estado brasileiro seria um Estado patrimonial, pois seus atores se apropriam



da coisa pública para o uso privado.

### Questões:

A crise democrática que vive o Brasil teve como pontos de virada o Impedimento da presidente Dilma Rousseff em 2016. Sob a perspectiva marxista, é possível notar a faceta de classe do Estado ao observar os articuladores desse processo. No momento ~~post~~ anterior à queda da presidenta, assistimos a articulação dos três principais setores do capital interno - o industrial, o agronegócio e o rentista - em torno dos seus interesses de classe em comum. O impedimento foi concretizado pelos funcionários desses setores que lutam o congresso, como a liderança ruralista, mas não se pode ignorar o financiamento dos setores industriais nas manifestações em favor da ordem democrática, articuladas na frente da FIESP.

No instante pós-impeachment vemos a confirmação prática dos interesses das elites nos pontos votados no congresso nacional. São, majoritariamente, ataques aos direitos dos trabalhadores, como a flexibilização das leis trabalhistas, a reforma da previdência e um complexo de privatizações como a da Eletrobras e Cedeas. Todas essas medidas compõem um quadro de fragilização do poder do trabalhador e fortalecimento dos grandes empresários. Essas ações, já conhecidas da cartilha neoliberal, limitam a capacidade de articulação material dos trabalhadores, mas também de articulação ideológica, pois assistimos ao começo de perseguições políticas dentro das Universidades Federais, com ~~o~~ tentativa de impedimento de disciplinas relacionadas ao impeachment e também no Ensino Médio, perseguições às disciplinas dos estudos sociais críticos como a sociologia e filosofia, que deixaram de ser obrigatórias no novo governo ilegítimo.

Sob a perspectiva utleriana e o conceito de Estado patrimonial ficou clara nos discursos dos congressistas a característica de indiferença entre o público e o privado no Estado brasileiro. Uma massa de representantes do povo, ao justificar o seu voto, a favor ou contra o impeachment, alegaram estar votando pela própria família, esposa, filhos ou por Deus. Vestidos ali de um poder de representatividade popular, coletiva, muitos decidiram o futuro de uma nação pensando na própria família ou em Deus. Uma postura claramente patrimonial, de utilização do poder público para interesses privados.

Outra característica definitiva para o impeachment foi a articulação de todo aparato estatal - executivo, legislativo, judiciário e forças armadas - para a retirada da presidente Dilma Rousseff. Esse grande acordo nacional intencionava uma tentativa de investigação e punição de casos de corrupção sem restrições claras de ideologias ou partidos políticos. O medo de serem desleais e penalizados, levou ao avanço de todos os setores do Estado para que parassem certas investigações que Dilma Rousseff sinalizava que não iria interferir. Novamente, reservamos o uso da máquina pública para benefício próprio, inclusive na continuação das mesmas investigações, chamadas de operações lava-fato. Hoje, esses processos se caracterizam por perseguições políticas, por decretos, principalmente de judiciário, a quadros políticos fundamentais para o futuro político próximo do país. Temos que somente pensar que podem significar algum obstáculo à concretização do projeto neoliberalizante que a agenda política do novo governo impõe não investigados com velocidade espantosa visto a morosidade histórica do judiciário no Brasil.





Comandos perguntavam o conhecimento prévio que têm sobre o tema. Fazia perguntas do tipo: "Quando falamos em Estado, do que vocês lembrariam?" "É de política?" "É de poder?" Assim, com as respostas estimulava uma discussão sobre esses conceitos.

Após esse momento inicial, passaria para a instrumentalização, que é o momento de apresentação do conhecimento sociológico acumulado. Escreveria no quadro os três conceitos da seguinte maneira: Poder: capacidade de uma pessoa de exercer sua vontade a outros. Política: É a resolução de conflitos de forma pacífica e Estado: Uma forma de organização política.

É importante desses três conceitos e destacar que poder e política estão presentes em todas as relações humanas. Dentro da família, nas amizades, na escola, na igreja. Não pode não haver uma relação de poder e portanto conflitos. Por meio de exemplos iria mostrando como toda relação tem conflitos e portanto política, pois é muito difícil resolver todos os conflitos da vida de forma violenta.

Falando, é falar que o Estado é uma forma de poder e de exercer política e que nem sempre foi assim. O conceito de Estado é um conceito histórico que pode ser melhor entendido se comparado com as sociedades de tipo primitivas ou sociedades sem Estado. A presença do Estado é muito familiar para os estudantes, então pensar na sua ausência é um bom exercício de relativização.

Passaria então para o momento catártico da aula, que é quando os educandos, depois dos novos aprendizados os colocam em prática. Mobilizando a situação de realidade pública que passa o Rio de Janeiro com a intervenção federal, pediria para os alunos relacionarem esses três conceitos com essa situação, por meio de algumas perguntas como:



"O poder passou de qual agente público para qual?" "Quais aparatos do Estado estão sendo utilizados?" "A resolução dada para o problema da segurança pública está sendo política?" E assim fazemos uma discussão para a internalização dos conceitos.

Por último, passava para a prática social final que consistia de uma atividade escrita em forma de redação dissertativa com o tema: "Como se relacionam poder, política e Estado na sua escola?". Essa atividade tem por objetivo possibilitar ao aluno criar uma nova postura diante do tema proposto e portanto autonomia para analisar criticamente uma instituição social, no caso escola, muito familiar para ele.

Para essa aula seriam necessários dois tempos de cinquenta minutos, quadro branco e caneta. Para a turma caderno e caneta ou lápis.